

Sumário

Número de notícias: 10 | Número de veículos: 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Economia vê risco de tributária travar e discute flexibilização..... 2

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pasta de Guedes será reformulada como parte da reforma ministerial..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF analisará incidência de IR sobre correção de valor devolvido pelo Fisco..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Guedes faz mudanças em seis secretarias da Economia..... 8

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Estudos apontam como poderá ser a reforma - SERVIDOR..... 10

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão de 170 mil benefícios do INSS começa em agosto..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
SEGURIDADE SOCIAL

Vacinados ou não, servidores e terceirizados retomam trabalho presencial no DF..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dividendo no Simples deve ficar livre de taxaço..... 16

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
ECONOMIA

FMI prevê crescimento econômico do Brasil para 5,3%..... 17

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
POLÍTICA

Bolsonaro nomeia Ciro Nogueira na Casa Civil e Onyx no Ministério do Trabalho..... 18

Economia vê risco de tributária travar e discute flexibilização

Fábio Pupo

Após constatar que a reforma no Imposto de Renda pode ficar travada no Congresso devido à resistência de diferentes setores, o Ministério da Economia passou a estudar novas flexibilizações na proposta analisando sugestões feitas por empresários.

A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) recebeu nesta terça-feira (27) um grupo de representantes do setor de serviços, incomodados com o texto por verem aumento na carga tributária. Eles sugeriram mudanças nas regras de taxaço de dividendos e membros do ministério já se comprometeram a estudá-las.

As propostas foram entregues por representantes de mais de 20 entidades -como CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), AMB (Associação Médica Brasileira), Fórum de Entidades Representativas do Ensino Superior Particular e Cebrasse (Central Brasileira do Setor de Serviços).

Os representantes pedem que todas as empresas optantes do Simples Nacional passem a ter seus dividendos isentos. Além disso, demandam um corte na alíquota de dividendos para as empresas do chamado lucro presumido (sistema mais simples que atende cerca de 900 mil companhias).

Caso a sugestão seja aceita, a alíquota de dividendos para as optantes do lucro presumido cairia dos 20% previstos no projeto de lei para 2,5% em 2022 e 5% em 2023.

A proposta de Guedes e do relator hoje já isenta dividendos para empresas do Simples, mas apenas até um teto de R\$ 20 mil mensais distribuídos por pessoa. A partir disso, é cobrada a alíquota de 20%

Ricardo Lacaz, tributarista e porta-voz das empresas na reunião, afirma que as regras previstas por Guedes acabam prejudicando os empresários menores com aumento da carga tributária.

Ele afirma ainda que o aumento de tributação é juridicamente contestável por poder gerar conflitos com a lei do Simples, que concede benefícios tributários a essas empresas.

Segundo ele, o aumento da carga tributária pode ser repassado para o consumidor final via reajustes de mensalidades escolares e planos de saúde.

Emerson Casali, diretor da CBPI Produtividade Institucional (consultoria que assessora diferentes setores ligados a serviços), afirma que é preciso manter as regras vigentes hoje para pequenas empresas porque elas representam a base do empreendedorismo.

"Boa parte vai ter uma carga adicional e um problema de burocracia, porque o empresário vai ter que colocar na contabilidade uma série de despesas que não colocava", afirma.

Na Economia, há diferentes visões sobre o tema. Enquanto uma ala sinaliza que vai analisar a proposta (e parte dos integrantes até prefere uma flexibilização mais ampla), a **Receita Federal** tem se mostrado mais reticente.

De qualquer forma, o próprio Guedes já deixou em aberto a possibilidade de uma flexibilização.

Na última quinta-feira (22), ele disse que a faixa de isenção da taxaço de dividendos pode ser ampliada.

"Se precisar subir mais um pouquinho, sobe mais um pouco. Não quero mexer com dentista, médico, profissional liberal, não queremos atingir a classe média, nada disso", afirmou durante evento realizado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) e pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

Sob ataque de diferentes entidades setoriais, a taxaço de dividendos é um dos pontos de maior impacto no projeto de lei que altera o Imposto de Renda.

De acordo com os cálculos da **Receita Federal**, a tributação de 20% dos dividendos (somada ao fim da dedutibilidade dos juros sobre capital próprio) é o item que mais gera arrecadação na proposta do governo (mais de R\$ 32 bilhões anuais aos cofres públicos a partir de 2023).

Uma desidratação nesse ponto desequilibraria ainda mais a proposta, cujo impacto líquido nas contas públicas é negativo em quase R\$ 30 bilhões por ano.

Categorias como advogados e médicos, além de representantes da indústria e até do mercado financeiro, querem flexibilizar a proposta para contarem com isenções parciais ou integrais no uso do instrumento.

Nesta segunda, 22 entidades empresariais divulgaram um manifesto público contra o projeto de lei que trata da reforma do Imposto de Renda e seu substitutivo. No texto, divulgado nesta segunda-feira (26), associações como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e Abat (Associação Brasileira de Advocacia Tributária) pedem a rejeição total dos termos propostos.

O Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo), vinculado ao CFM (Conselho Federal de Medicina), também enviou carta pública ao Ministério da Economia e aos presidentes Rodrigo Pacheco (DEM-MG), do Senado, e Arthur Lira (PP-AL), da Câmara, contra a taxaço de dividendos.

"O Cremesp não considera nada razoável, sob qualquer ângulo econômico, um projeto que revogue a isenção de dividendos e afete diretamente as pessoas jurídicas médicas, que fazem suas retiradas, justamente, em cima dos lucros dos seus negócios", afirma a entidade.

Também entre os investidores há pedidos de mudanças. Além da tradicional reclamação sobre a taxaço de dividendos representar uma cobrança dupla (porque tributaria recursos distribuídos a partir do lucro da empresa, já tributado), alterações mais específicas são solicitadas -como a flexibilização da cobranças em fundos de investimento.

Escola e plano de saúde podem subir, dizem entidades

Daniele Madureira

Representantes dos setores de educação, saúde e incorporação imobiliária estiveram reunidos nesta terça-feira (27) com integrantes do Ministério da Economia para discutir a **reforma tributária** e disseram que as mudanças propostas pelo governo podem ter um impacto no bolso do consumidor.

"Pode haver aumento do preço dos planos de saúde e das mensalidades escolares, por exemplo, para amortizar a alta da carga tributária", diz o advogado tributarista Ricardo Lacaz, sócio do escritório Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich Schoueri Advogados.

Lacaz organizou a reunião virtual de 23 entidades empresariais com o secretário de Política Econômica

do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, e com o secretário especial da **Receita Federal**, José Barroso Tostes Neto.

Entre as associações participantes estavam AME (Associação Médica Brasileira), CNSAúde (Confederação Nacional de Saúde), ABCD (Associação Brasileira de Cirurgiões Dentistas), Abramed (Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica), Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, Fenep (Federação Nacional das Escolas Particulares), Abrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias) e Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção).

Os empresários criticaram especialmente a cobrança de imposto sobre dividendos, atualmente isentos de tributação. Pela proposta do governo -entregue no final de junho pelo ministro da Economia, Paulo Guedes-, eles passarão a ser tributados em 20%.

Segundo o setor privado, essa cobrança pode recair sobre empresas optantes pelo Simples (que pagam alíquota de 11% a 20% sobre a receita) e pelo lucro presumido (de 6% a 15% da receita).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49608>

Pasta de Guedes será reformulada como parte da reforma ministerial

GERAL DA DOCA E MANOEL VENTURA

A medida provisória (MP) que prevê a criação do novo Ministério do Trabalho e Previdência para abrigar o atual chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Onyx Lorenzoni, prevê também mudanças na estrutura do Ministério da Economia, comandado por Paulo Guedes. O ministério de Guedes será desmembrado para dar lugar a nova pasta, por conta da **reforma ministerial** que abrirá espaço para partidos do centrão no governo.

O GLOBO obteve a minuta da MP, que deve ser publicada hoje no Diário Oficial da União (DOU). A nova pasta se chamará "Ministério do Trabalho e Previdência", de acordo com o texto, que ainda pode sofrer alterações.

A Secretaria Especial de Fazenda, que responde a Guedes e reúne as funções relacionadas à política fiscal do país, passará a se chamar Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, que manterá as atribuições da primeira.

O objetivo da mudança é blindar o ministério de Guedes da cobiça do Centrão e das áreas políticas do governo pelas atribuições do antigo Ministério do Planejamento - que cuidava de orçamento e gestão de pessoal do governo, além de outras atribuições.

DATAPREV FICA COM GUEDES

Guedes reuniu num só ministério as atribuições das antigas pastas da Fazenda, Planejamento, Trabalho, Previdência e Indústria. Com o desmembramento de Trabalho e Previdência, Guedes resolveu se blindar para não perder as atribuições ligadas à formulação do Orçamento do país.

Será mantida na nova secretaria especial do Ministério da Economia a Secretaria do Tesouro Nacional, comandada por Jeferson Bittencourt, e a de Orçamento Federal, de Ariostu Culau. O secretário de Fazenda, Bruno Funchal, continuará como secretário de Tesouro e Orçamento.

A Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade, de Carlos da Costa, perderá as atribuições de fomentar a política de emprego, como fazia até hoje. Além desses departamentos, Guedes

tem ainda as secretarias da **Receita Federal**; de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais; de Desestatização e Desinvestimentos; de Desburocratização, Gestão e Governo Digital; e o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), responsável pelas privatizações e concessões.

Para nomear o senador Ciro Nogueira (PP-PI) na Casa Civil, o presidente Jair Bolsonaro colocará o atual ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, na Secretaria de Governo e deslocará Onyx desta pasta para o novo ministério.

A pasta do Trabalho e Previdência ficará responsável pelas áreas de **Previdência Social (INSS)**, **previdência complementar** (fundos de pensão), política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador, política para a modernização das relações de trabalho, fiscalização do trabalho, política salarial, formação e desenvolvimento profissional, segurança e saúde no trabalho, regulação profissional e registro sindical.

Ao ficar responsável pelas aposentadorias e pensões do **INSS**, a nova pasta terá o maior orçamento da Esplanada dos Ministérios, superior a R\$ 700 bilhões, embora os gastos sejam obrigatórios e praticamente sem margem de manobra.

O ministério também abrigará a gestão do FGTS, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Os recursos do FGTS são usados para financiar políticas de habitação e saneamento, por exemplo, fora do Orçamento Geral da União. Por outro lado, Guedes conseguiu manter sob a sua gestão a Dataprev (estatal de processamento de dados do governo), que ele pretende privatizar ou fundir com o Serpro (outra estatal que cuida de dados públicos).

SEM ESTRUTURA JURÍDICA

Guedes conseguiu também manter sob seu guarda-chuva grande parte das atividades meio das secretarias que serão deslocadas do seu ministério. O apoio administrativo e o apoio jurídico prestados às unidades da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia continuarão sendo feitos pela pasta de Guedes. Essas atribuições serão mantidas pela menos até uma nova determinação do governo.

Ou seja, a MP não cria uma estrutura jurídica para o novo ministério. De acordo com fontes que acompanham as discussões, havia uma pressão para que a MP fosse publicada logo, para dar posse a Nogueira e aos outros ministros. Só será possível dar posse formal aos ministros após a publicação da MP, que tem validade imediata, mas precisará ser aprovada pelo Congresso em 120 dias.

Como o GLOBO mostrou ontem, Onyx terá cerca de 200 cargos de gestão de livre nomeação e que poderão ser alvo de indicações políticas.

Os servidores, os empregados e os militares em atividade na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia ficam transferidos para o Ministério do Trabalho e Previdência.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

STF analisará incidência de IR sobre correção de valor devolvido pelo Fisco

Beatriz Olivon De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) pretende julgar, na próxima semana, uma questão importante para as empresas com bilhões de reais a receber da exclusão do ICMS do PIS e da Cofins. Os ministros vão analisar a possibilidade de tributação de ganhos obtidos com a correção, pela taxa Selic, de depósitos judiciais ou de valores de restituição de **tributos** pagos a mais - chamada repetição de indébito.

A **Receita Federal** cobra Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre esses valores. Somam 34% de tributação. Não há uma estimativa oficial sobre o quanto a União deixaria de arrecadar com uma decisão contra a cobrança, já que depende dos valores a serem restituídos em cada processo judicial.

A questão, porém, ganhou importância com a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. A tese pode ter gerado R\$ 358 bilhões em créditos fiscais para as empresas, segundo estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) publicado pelo Valor. E a maior parte, R\$ 264,6 bilhões, ainda não foi usada.

O que os ministros vão decidir é se os 34% de IRPJ e CSLL incidem sobre o valor total a receber ou apenas sobre o montante original, excluída a Selic (juros e correção monetária). Quanto mais antiga for a ação, maior será o peso da taxa no volume que o contribuinte tem a recuperar. Em casos com cerca de vinte anos, como alguns do ICMS, advogados estimam que a Selic represente metade do total.

Não há previsão legal expressa para essa tributação. Os contribuintes entendem a Selic como mera correção de valores pagos indevidamente, seja por meio de depósito judicial ou diretamente à União. Já a **Receita Federal** interpreta que a aplicação da taxa gera acréscimo de capital e, por esse motivo, deve ser tributada. Para o órgão, seriam receitas financeiras que se destinam a remunerar o capital, como qualquer outra aplicação financeira.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já se posicionou tanto de forma favorável como contrária ao contribuinte. Em 2007, a la Seção decidiu contra a tributação por entender que a Selic tem duas funções:

recompor o poder de compra, que seria o fator inflacionário, e funcionar como juros moratórios, como uma indenização à empresa por não ter disponíveis os recursos no período (REsp 436302).

Em 2013, a la Seção permitiu a tributação da Selic. Os ministros consideraram que os juros incidentes na devolução dos depósitos judiciais têm natureza remuneratória. E que nos casos de repetição de indébito, pagamentos feitos à União de forma indevida, a Selic seria aplicada como juro de mora e entraria na base de cálculo do IRPJ e da CSLL (REsp 1138695). De acordo com estudo feito pelo tributarista Daniel Ávila Thiers Vieira, do escritório Locatelli Advogados, se R\$ 100 fossem corrigidos pela Selic desde janeiro de 1995, o contribuinte teria a receber hoje R\$ 484 - ou seja, 80% do valor seria referente à aplicação da taxa. "As empresas têm potencial de recuperação maior à medida que se antecipam e têm ações tramitando quando o Supremo julga determinado tema", afirma.

O caso que está no STF envolve a siderúrgica Electro Aço Al tona (RE 1063187). O recurso é da União para reformar decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4a Região, que abrange a região Sul do país.

No pedido, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) cita o entendimento do STJ, de que juros moratórios decorrentes de repetição de indébito tributário possuem natureza de lucros cessantes (indenizam o que o contribuinte deixou de lucrar, e não o que efetivamente perdeu) e, por isso, poderiam ser tributados.

Para a PGFN, o assunto é infraconstitucional - ou seja, a última palavra deveria ser a do STJ. Além disso, alega que, se o principal é tributável (devidamente corrigido monetariamente), também é legítima a cobrança da correção e juros, pela regra de que o acessório segue o principal.

O órgão ainda defende haver aumento patrimonial decorrente da remuneração do capital. "Tais valores serão somados ao lucro da pessoa jurídica, com todas as repercussões previstas em lei", afirma em nota ao Valor. Atualmente, a PGFN tem mapeadas 2041 ações tramitando sobre o tema.

Pedro Henrique Fontes Fornasaro, advogado que

representa a empresa no caso, explica que o TRF não seguiu a decisão do STJ por entender que mesmo que a tributação seja legal, não é constitucional, por não se tratar de renda nova, mas de mera recomposição de valor. Ele considera que os contribuintes já têm um precedente favorável no Supremo, que afastou o Imposto de Renda sobre juros de mora recebidos pela pessoa física em caso de atraso no pagamento de salário (RE 855091).

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186963

Guedes faz mudanças em seis secretarias da Economia

Fábio Pupo, Thiago Resende e Bernardo Caram

O ministro Paulo Guedes (Economia) vai aproveitar a **reforma ministerial** promovida pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) para fazer uma reestruturação interna em sua pasta. As mudanças devem envolver pelo menos seis secretarias.

A proposta é transformar a atual Secretaria Especial de Fazenda em Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento.

A ideia nesse caso é dar mais integração aos trabalhos e voltar o foco à gestão das despesas públicas, sem a necessidade de administrar áreas não centrais.

A Fazenda, liderada pelo secretário especial Bruno Funchal (que continuará no comando da pasta remodelada), tem outras duas áreas sob seu comando. Uma delas é a SPE (Secretaria de Política Econômica), que passará a ser ligada diretamente ao gabinete do ministro.

A função da SPE, comandada hoje por Adolfo Sachsida, será abastecer com mais fluidez o ministro com informações necessárias para a avaliação e comunicação de propostas.

A visão é que a secretaria tem uma equipe de economistas com acesso ágil a dados e levantamentos que embasam as discussões. Mas, para acessar a SPE, o ministro precisa atualmente passar pelo secretário especial de Fazenda. No novo desenho, o acesso passa a ser imediato.

Outra área atualmente na Fazenda é a Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria, que será desmembrada.

A parte de avaliação de políticas públicas ficará na nova Secretaria Especial de Tesouro e Orçamento.

Já a área de Energia e Loteria, que tem uma vocação de análise regulatória, passará para a secretaria especial de Carlos da Costa, que hoje tem o nome de Produtividade, Emprego e Competitividade.

Costa recebe uma área enquanto perde outra. A área de emprego da secretaria irá para o novo Ministério do

Emprego e Previdência, a ser criado para dar um posto no primeiro escalão a Onyx Lorenzoni.

De acordo com pessoas envolvidas no redesenho, a ideia é melhorar a fluidez, a comunicação e a agilidade aos trabalhos do ministério como um todo.

As alterações são estudadas desde a saída de Waldery Rodrigues do comando da Fazenda.

A ideia é aproveitar a criação da pasta de Onyx para fazer as alterações, mas não necessariamente as mudanças serão previstas no mesmo instrumento legal que instituirá a pasta do Emprego.

A tendência é que as alterações previstas pela **reforma ministerial** demandem, além de uma medida provisória, ao menos um decreto e uma portaria.

Nas tratativas para a criação do Ministério do Emprego, membros da equipe de Guedes negociam para que o segundo escalão que hoje atua no órgão seja inteiramente aproveitado pela nova pasta.

Segundo relatos, as conversas não envolvem apenas o atual secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, mas também secretários e subsecretários que atuam como subordinados de Guedes.

O presidente do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), Leonardo Rolim, também seria mantido. Um membro da pasta diz que a saída de qualquer de um dos componentes da equipe pode gerar debandada, inclusive de Bianco.

Guedes negociou diretamente com Bolsonaro a ida de Bianco para a secretaria-executiva da pasta de Onyx. A ocupação do posto de número dois, no entanto, virá acompanhada de cargos para os secretários de Trabalho, Bruno Dalcolmo, e Previdência, Narlon Gutierrez, além de subsecretários e outros técnicos.

A avaliação é que a nova gestão será muito curta e não haverá tempo para adaptação de cargos estratégicos. Onyx, atual ministro da Secretaria-Geral da Presidência, deverá ficar no posto apenas até abril, quando deverá sair para concorrer ao governo no Rio Grande do Sul na eleição.

Pelo rito legal, o primeiro passo para a recriação do Ministério do Emprego e Previdência é a edição de uma MP, que tem efeito imediato, mexendo na estrutura do governo.

No entanto, a formação da nova pasta depende de outro ato legal, que é um decreto. É nesse texto que será detalhada a organização do ministério, além de prever novos cargos e novos departamentos a serem acoplados à atual Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Técnicos do Ministério da Economia esperam que esse decreto seja publicado apenas dois meses após a posse de Onyx. O tempo, segundo esses integrantes da equipe econômica, é necessário para reformular a pasta e encontrar espaço orçamentário para as mudanças.

Essa etapa é alvo de disputa interna no time de Guedes. O ministro tem defendido que Onyx tenha uma estrutura enxuta.

Na prática, a discussão é se o novo Ministério do Emprego e Previdência terá áreas importantes, como departamento jurídico.

Atualmente a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho usa o setor jurídico e o de licitações do Ministério da Economia. Guedes quer reduzir o tamanho da pasta de Onyx e, por isso, insiste em manter áreas interligadas entre Economia e o novo ministério.

Mas técnicos que irão para o prédio de Onyx querem que o ministério tenha a estrutura completa para que os projetos tenham a fluidez necessária.

Com a chance de demora na finalização do desenho da nova estrutura, técnicos afirmam que o governo pode publicar inicialmente um decreto mais simples, apenas com a definição do gabinete do ministro e outras estruturas obrigatórias, como a assessoria parlamentar.

Dessa forma, somente em um outro momento seria editado um segundo decreto com o detalhamento das outras atividades da pasta.

Diante da indefinição sobre a divisão do ministério, que já deu a Guedes a alcunha de superministro, é possível que os dados do primeiro semestre sobre o emprego formal sejam apresentados sem a usual entrevista de imprensa.

A avaliação é que Guedes não deveria participar por estar deixando o comando da área e que Onyx ainda não estaria inteiramente acomodado no cargo para

comandar a divulgação.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49608>

Estudos apontam como poderá ser a reforma - SERVIDOR

Paloma Savedra

Para definir o modelo de reforma da Previdência que será proposto no estado, o governo do Rio analisa vários cenários. Em relação à possibilidade de taxar inativos que hoje são isentos do desconto previdenciário (todos que têm remuneração até R\$ 6.433,57), por exemplo, são consideradas algumas hipóteses: passar a cobrar a contribuição de quem ganha a partir de 1 salário mínimo (R\$ 1.100), de dois (R\$ 2.200), ou de três salários mínimos (R\$ 3.300).

As simulações com as notas técnicas elaboradas pela equipe do Rioprevidência apontam o potencial de arrecadação em cada um dos exemplos. Há ainda demonstração de como ficará o quadro financeiro fluminense mantendo a isenção atual.

As projeções, porém, estão no campo técnico. A decisão do que será de fato apresentado no projeto de reforma só sairá após discussões entre representantes dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, além do MP, Defensoria e Tribunal de Contas.

E uma eventual taxaçoão desse grupo de aposentados e pensionistas não ganhou apoio até o momento.

CONFIRA

R\$ 6.433,57 Atualmente em R\$ 6.433,57, teto do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) serve de valor de referência para a isençaçoão

14% Estado do Rio aumentou a alíquota previdenciária de todo o funcionalismo fluminense e membros dos Poderes a partir de 2017

RRF permite deixar um item de fora

A cobrança da alíquota de 14% de aposentados e pensionistas que ganham abaixo do teto do Regime Geral da **Previdência Social**, de R\$ 6.433,57, é um dos quatro tópicos relativos à Previdência exigidos pelo Regime de Recuperação Fiscal.

Mas é possível que uma medida fique de fora. Isso porque, como detalhou à coluna o secretário de Fazenda, Nelson Rocha, em 28 de junho, desse total, um item pode não ser aplicado. Ele lembrou que o Rio já cumpriu duas dessas quatro exigências: elevou o

desconto e implementou o regime complementar.

Sendo assim, o estado pode adotar apenas uma contrapartida: o aumento da idade mínima.

Ou conjugar essa medida com a taxaçoão de inativos.

ANÁLISE DE DESEMPENHO

União descarta criação de autarquia

O projeto de avaliação de desempenho no serviço público elaborado pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia não prevê a criação de uma autarquia para fazer esse trabalho.

Sob o comando do secretário Leonardo Sultani, a pasta informou que a sugestão - feita pela Frente Parlamentar da Reforma Administrativa - de um órgão fazer a gestão de desempenho dos profissionais não está nos planos.

A secretaria ressaltou que o modelo proposto parte de algumas premissas. Entre elas, a de focar no acompanhamento "para reconhecer bons servidores e gerir com maior eficiência".

A definição de formas de se avaliar os profissionais do setor é uma das metas da reforma administrativa, que busca modificar o RH de todo o país.

AVALIAÇÃO RECORRENTE

Perda do cargo só em último caso

Algumas diretrizes para o projeto que será apresentado ao Congresso já foram traçadas.

Segundo a secretaria, a avaliação - que servirá de base para o funcionalismo da União, estados e municípios - será ancorada em metas.

Quanto à demissão do servidor que eventualmente apresentar um resultado ruim, essa possibilidade só ocorrerá em último caso. A pasta detalhou que a perda do cargo se concretizará se houver reiterado desempenho insuficiente, "e não em decorrência de um único período de avaliação".

Site:

<https://edicao.odia.com.br/2021/07/28/1850c4/issue9310.pdf>

Revisão de 170 mil benefícios do INSS começa em agosto

Cerca de 170 mil segurados da **Previdência Social** que recebem benefícios por incapacidade temporária - o antigo auxílio-doença - devem ficar atentos para agendar nova perícia médica. Os prazos para fazer o agendamento começam a expirar em agosto. Quem não tomar a providência corre o risco de ter o pagamento suspenso, informou ontem a Agência Brasil.

Desde o início de julho, o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começou a enviar cartas para segurados que não realizam perícia médica há mais de seis meses. Quem recebe a convocação tem 30 dias, a contar da data de recebimento notificada pelos Correios, para agendar o procedimento. O **INSS** poderá também convocar as revisões utilizando a rede bancária, considerando o órgão pagador do benefício, quando esse tipo de notificação for disponível.

Estão previstas ainda as convocações por meio eletrônico ou edital em Diário Oficial. A revisão em benefícios por incapacidade temporária segue até dezembro, quando todas as convocações já devem ter sido expedidas. As revisões serão realizadas por peritos médicos federais em horários extraordinários.

Segundo o **INSS**, das 724 agências da Previdência que possuem serviço de perícia médica 619 estão funcionando e 2.549 peritos médicos estão com as agendas abertas para atendimento. O tempo médio entre o agendamento e a realização da perícia médica está em 39 dias.

REVISÃO

Em outra frente, o **INSS** leva adiante também as revisões administrativas de benefícios, que são feitas com regularidade. Na atual etapa, a previsão é que 1,7 milhão de segurados recebam a convocação para regularizar alguma pendência de documentação identificada pelo **INSS**.

Desde setembro do ano passado, foram enviadas 732.586 cartas para revisão administrativa de benefícios com pendências documentais identificadas pelo **INSS**. Quem recebe o aviso de revisão administrativa tem o prazo de 60 dias para regularizar a documentação solicitada.

Site:

**[https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp
?serviceCode=login](https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login)**

Vacinados ou não, servidores e terceirizados retomam trabalho presencial no DF

Com seis meses de campanha de vacinação contra a covid-19, o Governo do Distrito Federal (GDF) determinou o retorno ao trabalho presencial de servidores ligados ao Executivo local que estavam em home office - cerca de 178 mil pessoas, segundo o Portal de Transparência do DF. Um decreto assinado pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) prevê que todos os funcionários devem retornar, inclusive os não imunizados contra a doença. O texto também permite que empresas privadas e o Poder Judiciário voltem às atividades no escritório. No entanto, com a circulação da variante Delta - identificada primeiro na Índia -, alguns trabalhadores têm medo de regressar aos postos.

O decreto, publicado em edição extra do Diário Oficial (DODF) de 1º de julho, estabelece que o retorno não se aplica às gestantes nem a servidores com hipersensibilidade ou reação anafilática às vacinas. Além disso, pessoas com mais de 60 anos ou comorbidades podem voltar para o regime presencial só após 15 dias da conclusão do ciclo de imunização - seja por meio da aplicação do reforço ou da dose única do imunizante.

A funcionária pública Ana*, 33 anos, atua em uma secretaria do DF e contraiu a covid-19 no trabalho, no fim de 2020. "Quando um colega e eu pegamos a doença, a chefia testou todos e pediu para quem tivesse tido contato conosco ficar em casa, sob observação", relata. Após o decreto, a moradora do Noroeste voltou ao regime presencial, mesmo sem estar vacinada. "Fico de máscara o dia inteiro, mas, mesmo assim, não sinto segurança. Até pessoas jovens e sem comorbidade têm ficado em estado grave. Só com a vacina nos sentiremos seguros", completa.

Às chefias de cada órgão ou empresa caberá determinar como será o fim do teletrabalho. O Executivo local informou que as medidas de proteção a serem seguidas estão dispostas no Decreto nº 41.913/2021. Elas incluem a manutenção da distância de dois metros entre as pessoas; o uso de equipamentos de proteção individual por todos; escalas de revezamento das equipes; disponibilização de álcool em gel; garantia da ventilação natural no ambiente; e aferição da temperatura dos funcionários ao longo do expediente, com registro em planilha.

Para o Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta, Fundacional, das Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista (Sindser-DF), a volta ao trabalho presencial é inoportuna. "Queríamos que os funcionários só voltassem a trabalhar 15 dias depois da segunda dose, porque conhecemos o sistema. Sabemos que nem sempre há estrutura de espaçamento para os trabalhadores e que pode haver o contato com o vírus", afirma o diretor da entidade, André Luiz da Conceição.

O Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal (Sindserviços-DF) também é contra o retorno. "Se o servidor vai trabalhar, nós temos de ir. Não tem como faltar. Mas isso não é ok", critica Maria Isabel Caetana, presidente da instituição.

Judicialização

Recentemente, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), que conta com 7,5 mil servidores, autorizou que a volta dos que fazem parte do grupo de risco ocorra 30 dias depois da imunização. Em 7 de julho, magistrados, colaboradores e funcionários de empresas que atuam na sede da corte puderam voltar, mesmo sem vacinação, se tivessem autorização dos responsáveis pelo respectivo cada setor. Desde 3 de agosto de 2020, há a autorização para a realização de audiências presenciais. O acesso ao prédio só é liberado caso a pessoa use máscara e tenha temperatura corporal abaixo de 37,5°C.

O advogado César Semensatti, integrante da Comissão de Direito Trabalhista e Sindical da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal (OAB-DF), destaca que a procura por apoio judicial aumentou após a publicação do decreto. No entanto, ele recomenda tentar um acordo com a chefia antes de recorrer à Justiça. "(A covid-19) pode ser considerada uma doença decorrente do trabalho. Se o funcionário ficar incapacitado por mais de 15 dias, pode receber benefício previdenciário do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social)", alerta. O especialista reforça que a empresa pode ser responsabilizada caso o funcionário tenha sequelas ou gastos com o tratamento, que podem ser ressarcidos.

Apesar disso, em 8 de julho, a OAB-DF, o Conselho Federal da instituição (CFOAB) e a Associação de Advogados Trabalhistas do Distrito Federal (AATDF) pediram que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) retomasse as atividades presenciais. Em ofício à presidente da corte, os signatários mencionaram o decreto publicado pelo GDF no início de julho.

Empresas privadas ligadas a órgãos públicos também convocaram os funcionários de volta. João Marcello Marques, 24, é operador de teleatendimento em uma terceirizada do Banco do Brasil. Há quase um mês, retornou ao trabalho presencial, mas ainda não foi vacinado. Na área onde ele atua, há quase 400 trabalhadores. A empresa distribuiu máscaras e reforçou a higienização dos ambientes, mas isso não levou tranquilidade à equipe. "Ainda corremos risco de nos contaminarmos, porque estamos em um ambiente onde há aglomeração. Estamos navegando conforme a maré, porque ficar sem emprego não dá", lamenta.

Com a confirmação da transmissão comunitária da variante Delta no DF, o epidemiologista e vice-coordenador da Sala de Situação da Universidade de Brasília (UnB) Mauro Sanchez avalia que o momento não é ideal para o retorno às atividades presenciais. Além de cobrar o cumprimento das medidas não farmacológicas, é necessário monitorar a evolução dos indicadores relativos à pandemia. "Se eles mostrarem tendência de subida do número de casos e mortes, o governo não pode esperar para voltar a restringir a circulação de pessoas. Estamos em uma corrida entre a cobertura vacinal e a iminência do estabelecimento da variante (Delta), que já infectou pessoas daqui", ressalta.

*Nome fictício

Palavra de especialista

Retorno com segurança

É fundamental que mesmo as pessoas vacinadas mantenham o uso da máscara. O ideal é ter uma de qualidade, que realmente proteja, como a N95 ou a PFF2, pois podem ficar no rosto um dia inteiro. No caso das cirúrgicas, é preciso trocá-las de quatro em quatro horas. As de pano têm uma capacidade de filtração muito ruim e baixa; por isso, não são indicadas para o ambiente de trabalho. Além disso, é importante manter o local arejado e, se possível, um distanciamento de, ao menos, dois metros entre as pessoas. Também não é recomendável usar ar-condicionado, pois ele puxa e devolve o ar para o mesmo ambiente diversas vezes. Os filtros retêm grandes partículas que ficam suspensas, mas não seguram o novo coronavírus. Limpar o espaço com

álcool também ajuda, como uma questão de higiene geral. Pessoas mais velhas e com comorbidades, mesmo que vacinadas, se trabalham em local pouco ventilado e com muitas pessoas, devem ficar em casa. Ainda temos uma transmissão muito alta do vírus e, para ter um retorno totalmente seguro, é bom esperar que ela caia mais.

Marcelo Daher, infectologista e consultor da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI)

Atividades mantidas

Funcionários que atuam no Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF) e nas unidades do Na Hora estão em regime presencial desde o ano passado, após a primeira onda da covid-19. Desde então, as atividades nos endereços se mantiveram, com horário reduzido e disponibilização de serviços on-line. Nas delegacias, não houve redução do efetivo.

Site: <http://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/07/4940162-vacinados-ou-nao-servidores-e-terceirizados-retomam-trabalho-presencial-no-df.html>

Dividendo no Simples deve ficar livre de taxação

Adriana Fernandes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, deu aval para a isenção da tributação de lucros e dividendos pagos por empresas que estão no Simples, regime simplificado de cobrança de **impostos** para micro e pequenas empresas.

A isenção é considerada um passo politicamente importante para afastar as resistências ao projeto que altera o Imposto de Renda - e que prevê a volta da cobrança na distribuição dos lucros e dividendos pelas empresas aos seus acionistas com uma alíquota de 20%. O projeto original e o parecer do relator preveem uma faixa de isenção de até R\$ 20 mil por mês.

O relator do projeto, Celso Sabino (PSDB-PA), disse anteontem ao Estadão que estuda a isenção para as empresas do Simples, com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões.

Elas têm forte influência no Congresso, onde têm uma atuante frente parlamentar de deputados e senadores.

O Simples, com todas as regras diferenciadas, também será mantido no parecer do senador Roberto Rocha (PSDBMA) na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 110, que trata de **impostos** que incidem sobre o consumo.

O governo e o relator não querem aumentar a oposição política ao projeto do IR. Desde que o relator propôs uma redução mais agressiva da alíquota do IR das empresas e fez concessões a alguns setores, as resistências vêm diminuindo. A isenção mantida para empresas do Simples beneficia profissionais liberais, como médicos, dentistas e advogados.

"Se precisar subir mais um pouquinho, sobe mais um pouco.

Não quero mexer com dentista, médico, profissional liberal, não queremos atingir a classe média, nada disso. Queremos tributar os mais afluentes e desonerar as empresas e assalariados", afirmou Guedes, na semana passada, em evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Apesar da diminuição das resistências, um grupo de

22 instituições divulgou na segunda-feira um manifesto pedindo o arquivamento do projeto em tramitação na Câmara. As instituições que assinam o documento, enviado aos parlamentares, representam o setor elétrico, o comércio de bens e serviços (nacional e internacional), sociedades profissionais e a indústria farmacêutica.

No Congresso, tramitam no momento três propostas de **reforma tributária**, cada um competindo pelo protagonismo: os projetos do Imposto de Renda e de criação da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), com fusão do PIS e Cofins, na Câmara; e a PEC 110, uma proposta mais abrangente, incluindo **impostos** estaduais e municipais, no Senado.

Um integrante da equipe econômica disse que não haverá "briga" de disputa porque o relator da reforma da PEC, senador Roberto Rocha, está alinhado com as propostas do governo.

Além disso, já está pronto o projeto que cria um "passaporte tributário" para as empresas quitarem dívidas e conseguirem sair das dificuldades depois da crise da covid-19. Setores fragilizados pela crise, como de bares e restaurantes, terão 80% de perdão de dívida.

Queixa

"Estamos mostrando que

diversos setores da

economia vão ser

extremamente prejudicados

caso esse pacote não seja

efetivamente arquivado."

Gustavo Brigagão

TRIBUTARISTA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

FMI prevê crescimento econômico do Brasil para 5,3%

Em revisão feita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o órgão apontou uma melhora no crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil neste ano. A perspectiva é que o índice brasileiro cresça 5,3%. Esta nova análise é maior 1,6 ponto percentual do que a prevista em abril de 2021. Dentre os motivos para essa elevação, está a melhora nos termos das trocas comerciais do país. Contudo, a previsão para o próximo ano recuou 0,7%, passando de 2,6% para 1,9%. As estimativas foram divulgadas nessa segunda-feira (26), por meio do relatório de perspectiva econômica global do FMI.

A projeção do índice econômico feita pelo órgão ficou em linha com a feita pelo Ministério da Economia divulgada neste mês. Porém, a estimativa do **PIB** do ministério para o próximo ano ainda é superior, onde é esperado que alcance 2,51%. A estimativa disponibilizada pelo Banco Central, por meio do levantamento semanal da Focus, também difere das divulgadas pelas instituições e prevê que neste ano a marca alcance 5,29% e 2,1% em 2022.

A expectativa de melhora do país foi impactada pela alta dos preços das commodities e refletiu na elevação da perspectiva de crescimento econômico da América Latina e Caribe, que devem alcançar a marca de 5,8 pontos percentuais no crescimento do **PIB**. Com a diminuição na previsão do índice econômico do Brasil, a região latina e caribenha não apontou forte crescimento e subiu somente 0,1%, chegando a 3,2% na perspectiva de elevação da economia.

De acordo com o FMI no relatório divulgado, o Brasil e o México são os principais responsáveis pela alta do **PIB** na região. "A melhora da projeção para a América Latina e Caribe resulta principalmente de revisões para cima no Brasil e México, refletindo resultados melhores do que o esperado no primeiro trimestre", afirma o documento. No entanto, o fundo chamou a atenção para a possibilidade de piora na situação pandêmica e nas condições externas mais apertadas, o que impactaria a recuperação dos mercados emergentes e em desenvolvimento.

Site: https://issuu.com/oestadoce/docs/28-07_a5eea08f922bb6

Bolsonaro nomeia Ciro Nogueira na Casa Civil e Onyx no Ministério do Trabalho

Daniel Gullino

O presidente Jair Bolsonaro e o senador Ciro Nogueira, durante cerimônia no Palácio do Planalto
Foto: Adriano Machado/Reuters/28-07-2021

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro oficializou nesta quarta-feira a **reforma ministerial** realizada para receber o senador Ciro Nogueira (PP-PI) no Palácio do Planalto. Nogueira foi nomeado ministro da Casa Civil, o que levou a um rearranjo no governo: o ex-titular da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, foi deslocado para a Secretaria-Geral da Presidência, que era ocupada por Onyx Lorenzoni. Onyx, por sua vez, foi nomeado para o recriado Ministério do Trabalho e Previdência.

As trocas já estavam definidas desde a semana passada, mas Bolsonaro aguardou uma conversa presencial com Nogueira, que ocorreu na terça-feira. As três nomeações foram publicadas nesta quarta no Diário Oficial da União (DOU), assim como a medida provisória (MP) que recriou o Ministério do Trabalho, que havia sido extinto por Bolsonaro.

Com a nomeação de Ciro Nogueira, Bolsonaro alçou um dos principais líderes do Centrão ao espaço mais nobre já ocupado por esse bloco partidário nesta e em outras gestões no Planalto. Nas palavras do próprio presidente, ele entregou a alma do governo ao senador.

Site: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-nomeia-ciro-nogueira-na-casa-civil-onyx-no-ministerio-do-trabalho-1-25129923>